

Lei Geral do Transporte será votada na segunda-feira

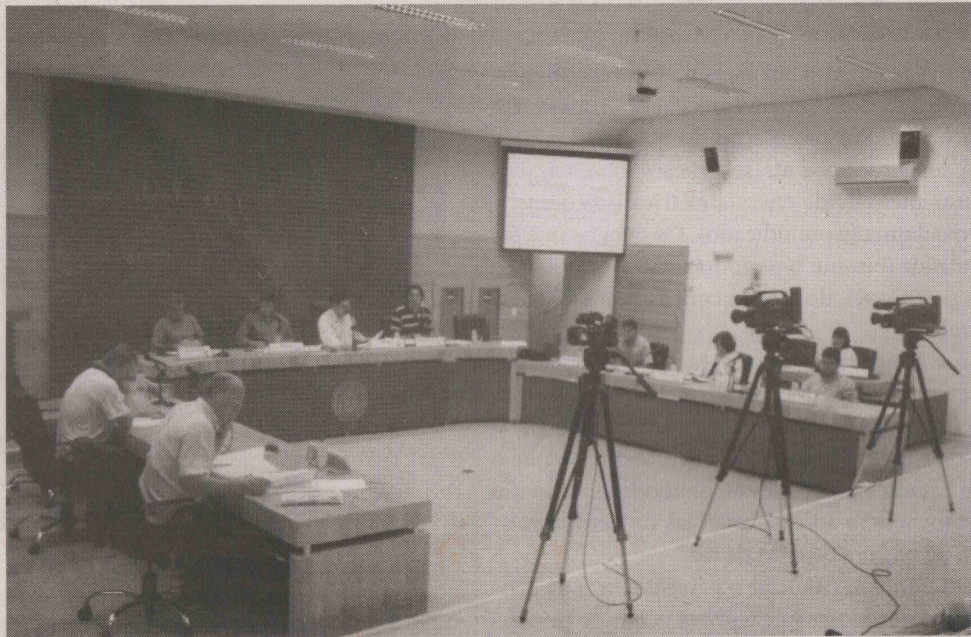
ASSESSORIA
PATO BRANCO

O projeto de lei nº 134/2010, que institui a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco, está na pauta da sessão ordinária deliberativa do Legislativo, que acontece na segunda-feira, dia 28.

A matéria, de autoria do Poder Executivo, mobilizou os vereadores que debateram o projeto com representantes das classes envolvidas, com a sociedade civil organizada em reuniões e audiências públicas.

Entre os pontos polêmicos, o artigo 11, o projeto enumera como modalidades de transporte público do município o Transporte Público Coletivo Regular de Passageiros; Táxi; Fretamento; Transporte Escolar público e privado; Motofrete; e o Caminhão de aluguel.

O artigo 166, diz o seguinte: “Não será concedida Concessão, Permissão ou Autorização para uso de motociclo ou motocicleta como meio de transporte público de passageiros em todo o território do Município de Pato Branco”. O projeto tem 35 páginas, 173 artigos e deverá tramitar com mais de 100 emendas, emendas modificati-



Na sessão da última quarta, os vereadores anteciparam suas posições sobre o projeto

vas, supressivas e aditivas.

Debate

Na sessão ordinária de quarta-feira, dia 23, os vereadores presentes comentaram e an-

teciaram as suas posições frente ao projeto, principalmente, o que beneficia os acadêmicos da rede pública e particular de ensino.

No processo de discussão, o vereador Osmar Braun Sobrinho (PR) disse que está pre-

ocupado com o usuário que utiliza diariamente o transporte público. Até agora, por exemplo, comentou o vereador Guilherme Silvério, a maioria das classes está contemplada, mas, e o trabalhador? O que poderá ser feito para reduzir o preço da tarifa?

O líder do PSDB, Laurindo Cesa, abriu o debate. Ele enalteceu a manifestação realizada pelos estudantes pela manutenção do benefício do meio-passe e sem restrições. Em seguida falaram os vereadores William Machado (PMDB), Nelson Bertani (PDT), Vilmar Maccari (PDT), Arilde Longhi (PRB), Osmar Braun Sobrinho (PR) e Guilherme Silvério (PMDB).

“Entre os pontos polêmicos do projeto de lei está a regularização do motofrete, caminhões de aluguel, transporte escolar e público”